

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. CAQUIÇÃO DE PEÇAS E PNEUMÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS MOTOS OFICIAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPAJÉ-CE, nos termos da tabela anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	DE	QUANTIDADE
1	Amortecedor trazeiro Honda /CG 125 CARGO e FAN 2009 E JOB 150 cc	Und		18
2	Aro da roda dianteira Honda Titan	Und		14
3	Aro da roda trazeira Honda Titan	Und		14
4	Arvoré de comando Honda 150 job 2005	Und		2
5	Arvoré de comando Honda CG 125 CARGO 2001	Und		5
6	Arvoré de comando Honda FAN CARGO 125 2009	Und		6
7	Arvoré de comando Honda fan cargo 125 cc 2009	Und		5
8	Arvoré de comando Honda TODAY 1990	Und		2
9	Balança trazeira Honda 150 job 2005	Und		2
10	Balança trazeira Honda cargo 2001	Und		4
11	Balança trazeira Honda fan 2009	Und		4
12	Balança trazeira Honda today 1990	Und		2
13	Bateria 12V 5ah Honda Titan	Und		15
14	Bateria 12V 5ahToday	Und		3
15	Biela completa Honda cargo 2001 125	Und		6
16	Biela completa Honda fan 2009 125	Und		6
17	Biela completa Honda job 150 2005	Und		2
18	Biela completa Honda today 1990	Und		2
19	Bobina de força cargo 2001 125	Und		8
20	Bobina de força fan 2009 125	Und		8
21	Bobina de força job 150 2005	Und		3
22	Bobina de força today 1990	Und		3
23	Bobina de pulso cargo 125 2001	Und		5
24	Bobina de pulso fan 125 2009	Und		6
25	Bobina de pulso job 2005	Und		2
26	Bobina de pulso today 1990	Und		2
27	Bomba de óleo cargo	und		5
28	Bomba de óleo fan 2009 125	Und		6
29	Bomba de óleo job 150 2005	Und		2
30	Bomba de óleo today	Und		2
31	Borracha do pedal de apoio	Und		25
32	Bucha da balança Honda Titan	Und		28

33	Bucha da Coroa Honda cargo 125 2001 today	Und	12
34	Bucha da Coroa Honda cargo job 150 2005	Und	4
35	Bufetede partida Honda Titan	Und	6
36	Bujão Oleo do motor para Honda cargo 2001 e today	Und	12
37	Bujão Oleo do motor para Honda fan e job	Und	12
38	Buzina	Und	15
39	Cabeçote completo cargo 125 2001	Und	4
40	Cabeçote completo Honda fan 2009 125	Und	3
41	Cabeçote completo Honda job 150 2005	Und	2
42	Cabeçote completo Honda today	Und	2
43	Cabo de acelerador Honda Titan	Und	20
44	Cabo de bateria negativo -	Und	8
45	Cabo de bateria positivo +	Und	8
46	Cabo de embreagem Honda cargo e fan e job	Und	20
47	Cabo de freio dianteiro Honda cargo e fan e job	Und	20
48	Cabo velocímetro Honda cargo e fan e job	Und	20
49	Cachimbo de vela Honda cargo e fan e job	Und	16
50	Caixa completo velocímetro Hondafan eTitan	Und	12
51	Caixa completo velocímetro Hondajob 150 2005		3
52	Caixa de direção Honda Titan	Und	28
53	Campana fan e job	Und	8
54	Campana today	Und	2
55	Campanacargo 2001	Und	5
56	Capa de Cela Honda Titan	Und	15
57	Capa porta corrente Honda Titan	und	16
58	Carborador Honda cargo 2001	Und	6
59	Carborador Honda fan 125 2009	Und	4
60	Carborador Honda job 150 2005	Und	2
61	Carborador Honda today	Und	2
62	Carenagens laterais (esq/direita) Honda	Und	7
63	Carenagens laterais (esq/direita) Hondafan e job		4
64	CDI cargo 125	Und	6
65	CDI fan 125 2009	Und	6
66	CDI job 150 2005	Und	3
67	CDI today	Und	3
68	Camara de ar dianteira Honda Titan	Und	30
69	Camara de ar traseira Honda Titan	Und	30
70	Pneu Dianteiro 2.75 - 18m/c 48p	Und	20
71	Pneu traseiro 4.10 - 1860p	Und	20
72	Pneu dianteiro 2.75 - 1842p	Und	20

4

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021, a Administração Pública deve comprovar a **necessidade do objeto a ser contratado**, demonstrando a sua relevância para o atendimento ao interesse público e a adequação da contratação à finalidade institucional.

1. Fundamentação Legal

O referido dispositivo estabelece que o processo licitatório deve ser precedido de **justificativa formal da necessidade da contratação**, a qual deve contemplar:

- A **finalidade pública** do objeto;
- A **adequação da contratação** às atividades da Administração;
- A **viabilidade técnica, econômica e operacional** do fornecimento;
- A **vantajosidade** da contratação frente às alternativas existentes no mercado.

No presente caso, a contratação enquadra-se plenamente nesta previsão legal, pois objetiva a manutenção da frota de motocicletas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapajé-CE, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população.

2. Descrição da Necessidade

A contratação é necessária para atender à demanda de **manutenção preventiva e corretiva das motocicletas oficiais**, utilizadas em atividades essenciais como fiscalização, manutenção de redes, atendimento a ocorrências e serviços externos do SAAE de Itapajé-CE.

- **Motivo da necessidade:** As motocicletas estão sujeitas a desgaste natural devido ao uso contínuo e intenso, o que torna indispensável a reposição periódica de peças e pneumáticos;
- **Consequência da não contratação:** A falta de fornecimento de peças e pneus pode comprometer a operação da frota, causar paralisação de serviços essenciais, aumentar custos com manutenção emergencial e reduzir a segurança dos servidores;
- **Solução proposta:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e pneumáticos, garantindo reposição contínua, padronização dos itens, segurança, durabilidade da frota e economicidade na utilização dos recursos públicos;
- **Abrangência do objeto:** Inclui pneus dianteiros e traseiros, câmaras de ar, pastilhas e lonas de freio, correntes, coroas, pinhões, filtros, cabos, velas de ignição, baterias e outros componentes de desgaste, conforme demanda da frota.

3. Conclusão

Diante do exposto, a contratação atende aos requisitos do art. 6º, XXIII, 'b', da Lei 14.133/2021, pois:

- Há **necessidade real e fundamentada** do objeto;
- A contratação é **adequada para a finalidade institucional** do SAAE de Itapajé-CE;
- É **viável técnica e economicamente**, considerando o levantamento de mercado e a pesquisa de preços;
- Representa a **opção mais vantajosa** para a Administração, assegurando eficiência, continuidade e segurança na prestação dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').

Nos termos do **art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021**, a Administração deve detalhar a solução contratual de forma integral, considerando o **ciclo de vida do objeto**, desde a aquisição, utilização, manutenção até a substituição final, de modo a garantir eficiência, sustentabilidade e economicidade.

1. Ciclo de Vida das Motocicletas Oficiais

A solução contratual considera todas as etapas do ciclo de vida das motocicletas, assegurando que a frota permaneça operacional, segura e eficiente:

- 11. Aquisição de peças e pneumáticos**
 - Compra de itens novos, originais ou compatíveis, atendendo às especificações do fabricante;
 - Garantia de qualidade e procedência, reduzindo falhas mecânicas e aumentando a durabilidade dos veículos.
- 12. Armazenamento e controle**
 - Recebimento das peças em conformidade com os critérios de qualidade;
 - Registro em controle interno para monitoramento de consumo e estoque;
 - Planejamento de reposição conforme demanda e manutenção preventiva.
- 13. Manutenção preventiva e corretiva**
 - Substituição periódica de peças desgastadas, correção de falhas e ajustes mecânicos;
 - Troca de pneus e câmaras de ar conforme quilometragem ou desgaste;
 - Lubrificação, troca de filtros e verificação elétrica para garantir desempenho contínuo.
- 14. Gestão e acompanhamento do contrato**
 - Fiscalização contínua da execução do fornecimento pelo setor responsável;
 - Acompanhamento do prazo de entrega, qualidade dos itens e cumprimento das obrigações contratuais;
 - Aplicação de penalidades e medidas corretivas, se necessário.
- 15. Descarte e destinação final**
 - Substituição de peças e pneus ao fim de sua vida útil;
 - Destinação ambientalmente adequada dos resíduos, incluindo pneus, baterias e óleos, em conformidade com a legislação vigente;
 - Possível reutilização de peças compatíveis ou reciclagem, quando aplicável.

2. Benefícios da abordagem do ciclo de vida

- **Segurança e confiabilidade:** redução de falhas mecânicas e acidentes;
- **Eficiência operacional:** manutenção contínua e pronta disponibilidade de peças;

- **Economicidade:** planejamento de aquisições e manutenção preventiva, evitando custos emergenciais;
- **Sustentabilidade ambiental:** descarte adequado de resíduos e atenção à logística reversa de pneus e baterias;
- **Gestão transparente e controlada:** registro, fiscalização e planejamento de todas as etapas do ciclo de vida.

3. Conclusão

A solução adotada contempla **todo o ciclo de vida das motocicletas oficiais**, desde a aquisição de peças e pneumáticos, passando pela utilização e manutenção, até o descarte final de componentes, assegurando eficiência, economicidade, segurança e sustentabilidade. Dessa forma, a contratação atende integralmente ao disposto no **art. 6º, XXIII, alínea 'c', da Lei 14.133/2021**, garantindo o uso adequado e prolongado do patrimônio público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

A contratação observará os requisitos de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira estabelecidos neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses com início na data de assinatura.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a adequada execução da contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e pneumáticos para as motocicletas oficiais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapajé-CE, deverão ser disponibilizados pela Administração Pública os seguintes materiais e recursos:

1. Frota de motocicletas oficiais

- Veículos destinados às atividades operacionais do SAAE de Itapajé-CE, para os quais serão fornecidas peças e pneumáticos;
- Histórico de manutenção, especificações técnicas, ano de fabricação e modelo de cada motocicleta, para assegurar compatibilidade dos itens adquiridos.

2. Espaço físico para recebimento e inspeção

- Local adequado para recebimento, conferência e armazenamento temporário das peças e pneus, garantindo condições de segurança e preservação dos materiais;
- Equipamentos básicos para inspeção inicial das peças recebidas, como ferramentas de medição e verificação visual.

3. Controle e registro administrativo

- Sistemas ou planilhas para registro de entrada, saída e consumo de peças e pneus;
- Documentação relativa ao fornecimento, incluindo notas fiscais, ordens de serviço, relatórios de recebimento e certificações de qualidade.

4. Equipamentos e ferramentas para manutenção

- Ferramentas e equipamentos já disponíveis para execução da manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, de acordo com as especificações do fabricante;
- Equipamentos de segurança para os servidores responsáveis pela instalação das peças e pneus, garantindo integridade física.

5. Materiais de segurança e proteção ambiental

- Recipientes adequados para armazenamento temporário de óleos, graxas, filtros e outros resíduos gerados durante a manutenção;
- Equipamentos para coleta e encaminhamento ambientalmente correto de resíduos, como pneus, baterias e peças inservíveis, em conformidade com a legislação vigente.

6. Informações técnicas e manuais

- Manuais de operação e manutenção das motocicletas;
- Especificações técnicas de cada peça e componente a ser fornecido, garantindo compatibilidade, durabilidade e segurança.

Conclusão

A disponibilização desses materiais e informações é fundamental para que a empresa contratada possa executar o fornecimento de forma eficiente, segura e em conformidade com as exigências do contrato, assegurando a **manutenção adequada da frota, continuidade dos serviços e proteção ambiental.**

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

A gestão do contrato decorrente da contratação de empresa especializada para locação de impressoras multifuncionais será realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e segregação de funções.

7.1. Designação de Gestor e Fiscal do Contrato

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapajé designará formalmente:

- **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação geral da execução contratual, acompanhamento administrativo, controle de prazos, prorrogações, reequilíbrio

econômico-financeiro, aplicação de sanções e demais atos relacionados à gestão contratual;

- **Fiscal do Contrato**, responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, conferência dos relatórios de impressão, validação dos chamados técnicos, atesto das notas fiscais e registro de ocorrências.

A designação será formalizada por portaria ou instrumento equivalente, previamente ao início da execução contratual.

7.2. Acompanhamento e Fiscalização da Execução

A fiscalização ocorrerá de forma contínua, mediante:

- Verificação da instalação e funcionamento adequado dos equipamentos;
- Controle do quantitativo de impressões realizadas;
- Conferência do cumprimento dos prazos de atendimento técnico (SLA);
- Avaliação da qualidade das impressões e da regularidade no fornecimento de insumos;
- Registro formal de ocorrências e falhas na execução.

A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para abertura de chamados técnicos, com registro de protocolo e controle de prazos de solução.

7.3. Instrumentos de Controle

Serão utilizados os seguintes mecanismos de gestão:

- Relatórios mensais de utilização por equipamento/setor;
- Planilha de controle de franquias (quando aplicável);
- Registro de chamados técnicos e tempo de atendimento;
- Termo de recebimento provisório e definitivo dos serviços, quando aplicável.

O pagamento ficará condicionado ao atesto do fiscal do contrato quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.4. Gestão de Riscos

Durante a execução contratual, serão monitorados riscos como:

- Interrupção do funcionamento dos equipamentos;
- Descumprimento de prazos de manutenção;
- Fornecimento irregular de insumos;
- Obsolescência tecnológica.

Identificada qualquer inconformidade, o gestor adotará as medidas cabíveis, incluindo notificação formal, aplicação de penalidades ou eventual rescisão contratual, nos termos legais.

7.5. Comunicação e Penalidades

Toda comunicação relevante será formalizada por meio eletrônico ou escrito, garantindo rastreabilidade.

O inadimplemento total ou parcial das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital e no contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Avaliação da Execução

A Administração realizará avaliação periódica da execução contratual, verificando a vantajosidade da solução adotada, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos equipamentos às necessidades institucionais.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.4. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

10.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro de Fornecedores;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.9.1. Habilitação Jurídica:

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Empresário individual	Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI:	Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:	Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:	Decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
Sociedade simples:	Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária	- Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

10.9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.9.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO

<p>Pessoa Jurídica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); ➤ prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. ➤ prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ➤ declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; ➤ prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. ➤ prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ➤ prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; <p>Obs: caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.</p>
<p>CAPACIDADE TÉCNICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, através de atestado ou declaração, fornecido(a)

	<p>por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo identificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a.1) qual o(s) produto(s) fornecido(s); ➤ a.2) a(s) quantidade(s) do(s) produto(s) fornecido(s).
--	--

10.9.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.9.6. Qualificação Econômico-Financeira:

NATUREZA JURÍDICA	DOCUMENTO
Pessoa Jurídica	Certidão Negativa de Falência e Concordata.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapajé-Ce.

11.2. As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto supramencionado correrão à conta da dotação orçamentária própria desta entidade, constante da Lei Orçamentária Anual nº 2.500/2025, para o exercício financeiro de 2026, na seguinte classificação orçamentária: Projeto Atividade 17.122.0004.2.118 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº [NÚMERO DO CONTRATO] QUE FAZEM ENTRE SI O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE - ITAPAJÉ-CEE A EMPRESA [NOME DA CONTRATADA]

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPAJÉ-CE, com sede na Rua Dom Aureliano Matos, 1819, Bairro Centro – Itapajé-Ce, CEP 62.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.544.786/0001-57, neste ato representada por seu Diretor e Ordenador de Despesa, o Sr. JERÔNIMO MATOS BARROSO, inscrito no CPF nº [CPF DO DIRETOR], doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [NOME COMPLETO DA EMPRESA CONTRATADA], portadora do CNPJ nº [CNPJ DA CONTRATADA], sediada na [ENDEREÇO COMPLETO DA CONTRATADA], por seu Representante Legal [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA], inscrito no CPF nº [CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA], doravante designada CONTRATADA, e em observância às disposições da

Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 2026.02.27.01DL e do processo de dispensa nº 2026.02.27.01DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PNEUMÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS MOTOS OFICIAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPAJÉ-CE**, conforme especificações e quantitativos detalhados no Termo de Referência - ANEXO I.

1.2. São anexos a este instrumento e o vinculam, independentemente de transcrição:

- * Termo de Referência (ANEXO I);
- * Modelo de Proposta Comercial - Cotação (ANEXO III);
- * Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência (ANEXO I), que é parte integrante deste Contrato, conforme os arts. 6º, XXIII, "e" e "f", 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ [VALOR GLOBAL DA PROPOSTA VENCEDORA] ([VALOR POR EXTENSO]).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE PAGAMENTO

7.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão Contratante atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.

Parágrafo Único. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Além das condições previstas no Termo de Referência, o contrato seguirá as seguintes condições de pagamento:

8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.2.4. Havendo a efetiva entrega e recebimento do objeto (bens), os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

8.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo nos assuntos referentes ao fornecimento do objeto, quando demandado, e para acompanhar as entregas;

11.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021);

11.1.3. Fornecer os bens objeto do contrato em conformidade com as especificações, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência, garantindo a qualidade e procedência dos itens;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique relacionado ao fornecimento ou aos produtos entregues.

11.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021);

11.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

11.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto supramencionado correrão à conta da dotação orçamentária própria desta entidade, constante da Lei Orçamentária Anual nº 2.500/2025, para o exercício financeiro de 2026, na seguinte classificação orçamentária: Projeto Atividade 17.122.0004.2.118 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 - Material de consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelos princípios gerais do direito público e do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Itapajé, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo, para que produza seus devidos e legais efeitos.

Itapajé-Ce, [DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO - DEVE SER POSTERIOR À HOMOLOGAÇÃO].

JERÔNIMO MATOS BARROSO
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapajé-CE
CONTRATANTE

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA]
Representante Legal da [NOME COMPLETO DA EMPRESA CONTRATADA]
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _
Nome:
CPF:

2. _
Nome:
CPF:

ANEXO III - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - COTAÇÃO

2 Dados da Empresa Fornecedora da Cotação

Nome Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:		Telefone:	
E-mail:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade/UF:		CEP:	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DE QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		SERVIÇO	12	R\$	R\$

Validade desta cotação: 60 dias
Itapajé-Ce, de janeiro de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
E CARIMBO DA EMPRESA

h